

FUNDAÇÃO 1º DE MAIO

__ JULHO DE 2024

EDIÇÃO 4

ELEIÇÕES 2024

Conheça as expectativas do Solidariedade

Página 10

FUNDAÇÃO 1º DE MAIO

Um balanço do 1º semestre de 2024

Página 12

ENTREVISTA

Loreny: participação cidadã na gestão pública

Página 19



Eleições 2024

Novas regulações do
TSE para o uso de
inteligência artificial nas
propagandas eleitorais

EXPEDIENTE

Diretor da revista:

Kelps Lima

Coordenação da revista:

Carolina Gavino

Editor:

Cairo Tavares

Supervisão:

Guilherme Martinelli

Conteúdo:

Carolina Gavino
Cairo Tavares
Fábio Gomes da Cruz
Henrique Cardoso
Jaime Matos
Vitor Cavalcante
Luiza Damasceno

Projeto gráfico e diagramação:

Alan de Carvalho

Revisão:

Global Translations.BR

Realização:

Fundação 1o. De Maio



EDITORIAL

Caro Leitor,

É com grande satisfação que apresentamos a 4ª edição da Revista da Fundação 1º de Maio, uma iniciativa que reflete o compromisso contínuo da instituição com a formação política e a promoção de um ambiente político inclusivo e democrático no Brasil. No primeiro semestre de 2024, em parceria com o Solidariedade, realizamos uma série de cursos e programas para capacitar uma nova geração de líderes. Destacamos nesta edição o nosso programa Qualifica Eleições, que percorreu 17 estados, capacitando tecnicamente mais de 3.5 mil pré-candidatos e coordenadores para as eleições municipais de 2024, enquanto nossa 3ª edição do Lidera+ formou mais de 500 mulheres para enfrentar os desafios do cenário político, promovendo maior representatividade feminina.

Em um cenário político que se moderniza rapidamente, a regulamentação do uso de inteligência artificial nas propagandas eleitorais pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com a Resolução 23.732/2024, se apresenta como um passo crucial para as eleições municipais. Para nós da Fundação 1º de Maio, a garantia da transparência e a integridade do processo eleitoral é fundamental para assegurar a lisura do processo democrático, prevenindo a disseminação de desinformação e manipulação digital.



Foto: Yuri Zoubaref.

Além de nossos esforços em capacitação política, estamos atentos às questões de violência de gênero na política. A crescente incidência desse tipo de violência representa uma barreira significativa para a participação democrática igualitária. Iniciativas como o Projeto de Lei 1.065/2024 - da nossa deputada federal de Pernambuco, Maria Arraes -, que busca proteger as mulheres que denunciam violência política, são essenciais para a construção de um ambiente político mais seguro e justo.

Logo, convido todos a explorarem os artigos desta edição e a refletir conosco sobre as oportunidades e desafios que este novo ciclo eleitoral apresenta. Que possamos, juntos, continuar trabalhando para fortalecer a democracia brasileira. Boa leitura!

Samanta Costa Presidente da Fundação 1º de Maio



EDITORIAL

Caro Leitor,

Neste novo ciclo eleitoral para a democracia brasileira, é fundamental refletirmos sobre aspectos relevantes para a vida das pessoas, em especial no local onde de fato os problemas e desafios são enfrentados pelos cidadãos e o poder público: as cidades.

Nesta edição, construímos uma coletânea de artigos relacionados aos desafios dos municípios e da nossa democracia. Além disso, na sequência dos artigos, trouxemos entrevistas com contribuições relevantes e práticas dos nossos entrevistados sobre o tema. O objetivo é, além de promover a reflexão crítica sobre o assunto, aproximar você, caro leitor, da realidade prática do dia a dia no poder público.

Nesse contexto, destacamos os artigos e entrevistas que abordam questões imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável e a governança municipal. Na entrevista acerca de "Desafios locais e soluções sustentáveis para as cidades", é explorada a interconexão entre questões ambientais e sociais, ressaltando a necessidade urgente de políticas públicas que combatam a pobreza e promovam a sustentabilidade. Já no artigo "Gestão Pública municipal e a governança: aspectos fundamentais para maior participação cidadã e melhoria das cidades", discute-se a importância de práticas de go-



Foto: Yuri Zoubaref.

vernança pública eficientes para aumentar o envolvimento da população e melhorar a qualidade de vida nas cidades.

Por fim, na entrevista sobre a "Participação cidadã e transparência", fica clara a importância da presença da população na gestão pública e a necessidade de políticas que aproximem os cidadãos do governo por meio da educação política e da comunicação clara sobre projetos e ações governamentais. Exemplos concretos de iniciativas bem-sucedidas, como as Leis de Transparência implementadas em Taubaté, demonstram como essa transparência e participação dos cidadãos podem melhorar a gestão pública e fortalecer a democracia.

Assim, desejo a todos uma ótima leitura! Que possamos refletir juntos sobre como iremos construir um futuro mais inclusivo, justo e sustentável.

Andrea Envall

Diretora financeira da Fundação 1º de Maio



Sumário

ARTIGO

Eleições 2024: novas regulações do TSE para o uso de inteligência artificial nas propagandas eleitorais.

Por Henrique Cardoso e Jaime Oliveira

MATÉRIA

As expectativas do Solidariedade para as Eleições 2024

Por Vitor Cavalcante

MATÉRIA

Fundação 1º de Maio: um balanço do 1o. semestre de 2024

Por Carolina Gavino e Luiza Damasceno

ARTIGO

Gestão pública municipal e a governança: aspectos fundamentais para maior participação cidadã e melhoria das cidades

Por Cairo Tavares

ENTREVISTA

com Loreny Caetano: participação cidadã e transparência

Por Luiza Damasceno

ARTIGO

Desafios locais e soluções sustentáveis: um olhar crítico nas eleições municipais

Por Fábio Gomes da Cruz

MATÉRIA

Desafios locais e soluções sustentáveis para as cidades

Por Vitor Cavalcante

ARTIGO

Violência política de gênero
Por Andrea Envall e Adilson Borges

ENTREVISTA

com Maria Arraes: a violência política de gênero no Brasil por Luiza Damasceno

ARTIGO

Mulheres e política: percepções e obstáculos na busca por igualdade

Por Cairo Tavares



Eleições 2024

Novas regulações do
TSE para o uso de
inteligência artificial nas
propagandas eleitorais



Henrique Cardoso Cientista Político



Jaime Matos Cientista Político com MBA em Relações Governamentais

ma das principais ferramentas que desempenhou um papel imprescindível para o resultado das Eleições Gerais em 2018 foi o uso das redes sociais – em especial os aplicativos de troca de mensagens instantâneas, como WhatApp e Telegram. Tais aplicativos foram cruciais para o desempenho exponencial de diversas campanhas as quais não disponibilizavam, devido aos regramentos eleitorais, de ampla grade televisiva e de rádio nas suas propagandas. Desde então, o aspecto digital encontra-se consolidado como importante instrumento nas eleições, o qual não substitui as ações tradicionais, porém configura-se como fator de relativa participação.

Se em 2018 os aplicativos supracitados foram essenciais como peças estratégicas nas campanhas eleitorais, nas Eleições Municipais de

2024 testemunharemos a aplicação de uma nova variável que, muito possivelmente, irá consolidar-se também como importante pilar dentro do conceito de campanha digital: a inteligência artificial (IA).

Fora do cenário político, em específico das eleições, a inteligência artificial é uma realidade já consolidada no dia a dia da sociedade. Diversos setores, em uma gama de atividades, valem-se dela para potencializar suas ações e dar celeridade aos processos, o que contribui para a otimização de tempo e de recursos e, principalmente, contribui para o aperfeiçoamento dos serviços entregues.

Para além do uso profissional e ético da IA, expandiu-se o uso indiscriminado dessa ferramen-



Foto: Adobe Stock

ta, valendo-se das possibilidades geradas por ela para a prática de delitos. Diversos golpes e fraudes foram constatados por meio de mecanismos gerados a partir de IA, seja com clonagem de voz ou até mesmo a manipulação de imagens de pessoas em cenários e situações não condizentes com a realidade. Somente no Distrito Federal (DF), em um ano houve o crescimento de 900% de crimes com o uso de IA. É neste sentido — no uso indiscriminado e inescrupuloso desse aparato — que a Justiça Eleitoral buscou estipular regramentos necessários para a manutenção da transparência e compromisso democrático durante o processo eleitoral.

A ênfase na integração da Inteligência Artificial nas eleições está voltada principalmente para a esfera das estratégias de propaganda eleitoral, as quais poderiam ser o principal alvo de malversação desse mecanismo com a adoção de deepfakes, por exemplo, que são conteúdos de foto e/ou vídeo alterados com auxílio de IA. Desta forma, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) realizou diversas audiências públicas, com especialistas e com participação da sociedade civil, para discutir e traçar estratégias para que a IA seja um braço contributivo no aperfeiçoamento democrático e não um obstáculo fraudulento que busque manipular o eleitorado.

Após os ciclos de audiências, a Corte eleitoral regulamentou a questão ao aprovar a Resolução 23.732/2024, que versa sobre propaganda eleitoral e trouxe em seu texto a adoção da inteligência artificial. A primeira menção à temática na presente resolução determina a obrigação de aviso quando o material apresentado for gerado através da IA. Diz a norma:



"Art. 9°-B. A utilização na propaganda eleitoral, em qualquer modalidade. de conteúdo sintético multimídia gerado por meio de inteligência artificial para criar, substituir, omitir, mesclar ou alterar <u>a velocidade ou sobrepor</u> <u>imagens ou sons impõe ao</u> responsável pela propaganda o dever de informar, de modo explícito, destacado e acessível que o conteúdo foi fabricado ou manipulado e a tecnologia utilizada."

O artigo 9º-B evidencia que o Tribunal reconhece os impactos, sejam diretos ou indiretos, que as peças de campanha têm no poder decisório do eleitorado, em especial aquelas que venham a ser produzidas por meio de inteligência artificial – justamente pela capacidade de se aproximar em muito com a realidade. Assim, os ministros entenderam por bem que havia a necessidade em se explicitar que aquele determinado conteúdo disseminado é fruto de produção com o uso de IA.

Houve também, na resolução, a responsabilização aos provedores com relação ao conteúdo disseminado e mantido em suas plataformas que não sejam condizentes com as normas legais estabelecidas pela legislação eleitoral no que diz respeito à utilização de IA nas propagandas elei-

torais. Neste sentido, o TSE buscou estabelecer nas regras do jogo o compromisso de que essas plataformas removam conteúdos falsos e enganosos produzidos por meio de IA e difundidos na rede. Para isso, estipulou na resolução:

"Art. 9°-E. Os provedores

de aplicação serão
solidariamente responsáveis,
civil e administrativamente,
quando não promoverem a
indisponibilização imediata
de conteúdos e contas,
durante o período eleitoral,
nos seguintes casos de risco:

[...] V - de divulgação
ou compartilhamento
de conteúdo fabricado
ou manipulado, parcial
ou integralmente, por
tecnologias digitais, incluindo
inteligência artificial, em
desacordo com as formas
de rotulagem trazidas na
presente Resolução."

Conteúdos falsos ou enganosos propositadamente criados com o intuito de enganar e induzir a percepção das pessoas sobre determinado fato produzem impactos significativos e, por vezes, irremediáveis. Assim sendo, é fundamental que este tipo de ma-



O então presidente do TSE, Alexandre de Moraes, e ministros da Corte durante seminário sobre inteligência artificial em 2024. | Foto: Kevin Lima/g1.

terial não perdure nas redes e plataformas, já que quanto mais tempo, maior o alcance. No campo eleitoral, no qual a campanha em si tem a duração de 45 dias e que, portanto, o tempo é crucial, torna-se fundamental que as plataformas tenham o compromisso e dever legal em não permitir que conteúdos fabricados ou manipulados permaneçam em suas respectivas redes por muito tempo.

Todos os mecanismos tecnológicos desenvolvidos a partir da interação com inteligência artificial têm impacto e alcance destacáveis, e não seria diferente nas campanhas eleitorais. Na era da informação, as relações e ações humanas são diretamente afetadas pelo desenvolvimento tecnológico. Um dos principais pilares que sustentam o Estado brasileiro é justamente seu processo democrático e eleitoral. Por isso, é fundamental que tenhamos meios que assegurem a lisura de seu processo, garantindo chances de igualdade ainda entre os desiguais e estabelecendo que a regra do jogo ecoe unissonamente para todos - o que não seria diferente com a definição de regramentos para o uso da inteligência artificial nas propagandas eleitorais.

Em um contexto no qual, infelizmente, a desinformação ainda é uma arma reiteradamente utilizada, a Justiça Eleitoral e demais instituições compromissadas com a democracia têm o dever de criar regras para delimitar o bom uso dessa grande ferramenta. A utilização da inteligência artificial poderá mudar substancialmente a forma como se realizam as campanhas eleitorais, podendo contribuir na redução de custos de campanha, assim como colaborar para que candidatos e partidos possam traçar ações de relativo impacto e alcance a despeito de uma estrutura financeira elevada. Por meio da IA, podem-se elaborar canais de interação entre o candidato e o eleitorado, facilitando a comunicação direta entre estes dois polos e aglutinando demandas e propostas.

Independentemente da conjuntura política, a introdução da Inteligência Artificial nas eleições municipais será uma novidade. Com as regulamentações estabelecidas pela Justiça Eleitoral e a boa intenção por trás das milhares de campanhas que estarão em vigor a partir de agosto, esta tecnologia tem o potencial de contribuir positivamente para o processo democrático do Brasil.

FUNDAÇÃO DE COMPANDA DE COMPAN



Qualifica Eleições, promovido pela Fundação 1o de Maio, capacitou précandidatos em todo o país no 1o. semestre de 2024.

Foto: Caroline Torres

As expectativas do

Solidariedade

para as eleições de 2024



Vitor Cavalcante jornalista pós-graduado em Produção Editorial

m 2024, a população irá às urnas para decidir quem serão os novos representantes das prefeituras e das câmaras municipais de vereadores que estarão à frente das 5.565 cidades do país pelos próximos quatro anos. O Solidariedade também fará parte desse momento tão importante para o Brasil, com expectativas muito positivas para esse ano e para o futuro.

Atualmente, o partido conta com cerca de 98 prefeitos, 164 vice-prefeitos e 2.073 vereadores ocupando cargos eletivos desde as eleições de

2020. De acordo com a direção do partido, a ideia é expandir a base de apoio pelo país para que esses números aumentem no nordeste e sudeste, visando estruturar as demais regiões para 2026, principalmente no sul, onde o partido ainda carece de organização política.

Segundo o secretário-geral nacional do Solidariedade, Luiz Antônio Adriano da Silva, houve um aumento de 50% no número de inscritos no período de janela partidária em relação a 2020. "Nós tivemos 30 mil novas inscrições, então as expectativas de participação nas eleições de

2024 são muito positivas", afirma. "A gente acredita que consegue dobrar o nosso número atual de representantes nas câmaras municipais e nas prefeituras."

Com a incorporação do Solidariedade ao PROS, a presença do partido nos municípios aumentou, como explicou Luiz Adriano. "A organização nos estados também foi ampliada e fortificada com a inclusão de pessoas novas, mandatários novos, com uma perspectiva muito grande para 26 e passa aí pela organização de 24", ele explica. Isso significa que há um bom balanço hoje, com uma expectativa muito positiva para 2024, "mas a gente só vai ter isso afinado quando a convenção se der, lá nos períodos legais".



Luiz Antônio Adriano da Silva, secretário-geral do Solidariedade, posa com Marília Arraes, vice-presidente da regional Nordeste, e Loreny Caetano, deputada federal e pré-candidata a prefeita de Taubaté (SP).

Foto: Felipe Damper.



Paulinho da Força, presidente nacional do Solidariedade, saúda Elói Pietá, précandidato a prefeito de Guarulhos (SP), em evento do Qualifica Eleições.

Foto: Carol Gavino.

O desafio das eleições de 2024

Para enfrentar o desafio de efetivar mais candidaturas em 2024, o Solidariedade tem realizado cursos para qualificar pré-candidatos e organizado a estrutura de campanha a ser direcionada no pleito eleitoral, principalmente evidenciando a lisura e boas práticas no pleito.

Com pré-candidatos por todo o país, o deputado federal (SP) e presidente nacional do Solidariedade, Paulinho da Força, explica que as principais propostas do partido para essas eleições estão focadas na "atenção ao trabalhador e incentivo para a geração de emprego, renda e estabilidade profissional". Segundo ele, "isso é importante dado o advento do avanço tecnológico".

"Queremos mostrar para o eleitorado que o Solidariedade é uma agremiação partidária comprometida em melhorar a vida das pessoas por meio do exercício político. Prezamos pelo fácil acesso e por um bom acolhimento para que o cidadão possa desempenhar seu protagonismo político", ele explica, quando perguntado sobre a estratégia para conquistar eleitorado.

Com as vitórias nas urnas nas eleições deste ano, espera-se que o partido cresça muito em 2026 e que esteja entre os dez maiores partidos políticos do Brasil. Além disso, também é esperado que o Solidariedade, a partir deste ano, esteja entre as oito maiores bancadas da Câmara dos Deputados e consiga pautar a agenda política do país.



Pré-candidatos da região de Guarulhos e Alto Tietê (SP) participam de capacitação do Qualifica Eleições. Foto: Carol Gavino

Fundação 1º de Maio:

Um balanço do 1º. semestre de 2024



Carolina Gavino
Gerente de comunicação da Fundação 1º de Maio



Luiza Damasceno

Fundação 1º de Maio, em parceria com o Solidariedade, promoveu no primeiro semestre de 2024 uma série de cursos e programas inovadores para capacitar uma nova geração de líderes políticos em todo o Brasil. Desde abril, a Fundação 1º de Maio visitou 22 estados brasileiros, capacitando quase 10 mil pessoas que desejam participar de uma política mais inclusiva e dinâmica.

A missão da Fundação 1º de Maio é formar lideranças comprometidas com o futuro do Brasil. Para o primeiro semestre do ano, o resultado foi satisfatório. "Neste ano eleitoral, nos destacamos mais uma vez na capacitação política, oferecendo cursos gratuitos para quem estiver disposto a levar o Solidariedade ao seu município", comemora Samanta Costa, presidente da Fundação 1º de Maio.



Samanta Costa, presidente da Fundação 1o. de Maio, em apresentação na 3a. Edição do Lidera+ em Brasília.

Foto: Felipe Damper.

"Houve muito trabalho e muita dedicação de nossa equipe para garantir o sucesso dos eventos. Há uma preocupação enorme de nossa parte com cada detalhe, desde a organização das agendas até a programação dos conteúdos dos eventos, e isso a Fundação 1º de Maio faz com maestria", endossa Guilherme M. Martinelli, diretor-executivo da Fundação 1º de Maio.

Confira as realizações da Fundação 1º de Maio no primeiro semestre de 2024:

Qualifica Eleições: preparando o caminho para a excelência política

A formação política para pré-candidatos ganhou em 2024 uma nova roupagem com o Qualifica Eleições, um curso que visa capacitar tecnicamente pré-candidatos, coordenadores e demais envolvidos em campanhas políticas. Percorrendo 16 cidades do Brasil (Maceió – AL, Salvador – BA, Natal – RN, Aracaju – SE, João Pessoa – PB, Belém – PA, Curitiba – PR, Porto Velho – RO, Teresina – PI, Rio Branco – AC, Palmas – TO, Rio de Janeiro – RJ, Belo Horizonte – MG, Guarulhos – SP, Santo André – SP e São Paulo – SP) o Qualifica Eleições preparou mais de 3,5 mil pré-candidatos para as eleições municipais de 2024.

Com temas como organização partidária e prestação de contas, os participantes foram preparados com as habilidades e conhecimentos necessários para obterem sucesso nas eleições e na gestão de cargos eletivos. "Por meio de um conteúdo de altíssima qualidade, esperamos capacitar os pré-candidatos para as eleições. Os eventos do Qualifica Eleições foram bastante positivos e podemos afirmar isso por meio da a resposta dos participantes. A diversidade das regiões visitadas pelo Qualifica também nos mostra a importância e a necessidade de eventos como este para fortalecer os quadros do Solidariedade em todo o país, trazendo mais formação para nossa militância", defende Sandoval Fernandes, diretor de planejamento estratégico da Fundação 1º de Maio.



Sandoval Fernandes, diretor de planejamento estratégico da Fundação 1º de Maio, em apresentação no Qualifica Eleições em Porto Velho (RO).

Foto: Carol Gavino.



Lidera+: empoderando mulheres na política

O fortalecimento da mulher na política pode ser considerado hoje a principal bandeira da Fundação 1º de Maio. O Lidera+, programa de formação política exclusivo para mulheres, chegou a sua 3ª Edição, repetiu o sucesso das edições anteriores e se destacou nesta primeira metade do ano. Desta vez, o Lidera+ formou mais de 500 mulheres, preparando-as para enfrentar os desafios e barreiras únicas que enfrentam na política.

"O Lidera+ é muito mais do que um programa de formação política: é um propulsor de vozes femininas para que possamos quebrar as barreiras do machismo. Se no dia-a-dia já sofremos com a violência de gênero, na política isso é ainda pior – e enquanto houver uma mulher desrespeitada, todas serão, e esse nunca será um tema repetitivo. Por isso, para mim, o grande destaque de 2024 foi o módulo final do Lidera+, em Brasília, onde mais de 70 mulheres receberam a certificação deste grandioso programa de formação política", comemora Samanta Costa, presidente da Fundação 1º de Maio.



Participantes da 3a. Edição do Lidera+ em visita ao TSE em Brasília (DF). Foto: Felipe Damper.

Agora, além do formato tradicional em encontros presenciais, o Lidera+ está disponível para toda e qualquer mulher que desejar se capacitar e entrar para a política na plataforma EaD da Fundação 1º de Maio. "Isso será um ganho muito grande para o Brasil, pois irá possibilitar a formação política de muitas mulheres e fortalecer a democracia brasileira", ressalta Andrea Envall, diretora financeira da Fundação 1º de Maio.

Para Maria Aparecida dos Santos, secretária nacional do Solidariedade Mulher, o Lidera+ mostra que no Solidariedade, as mulheres têm vez. "Aqui preparamos as mulheres para disputar eleições de igual para igual. Nós temos conteúdo e vamos ocupar cada vez mais nossos espaços", brada a secretária.



Da esquerda para a direita: Maria Aparecida dos Santos, secretária do Solidariedade Mulher; Andrea Envall, diretora financeira da Fundação 1º de Maio; Jhennifer Hannah, secretária-executiva do Solidariedade Nacional e Giovanna Yule, diretora de planejamento estratégico da Fundação 1º de Maio.

Foto: Felipe Damper.

Lidera+ Itinerante: levando a capacitação para todo o Brasil

A revolução não parou por aí. Devido ao grande sucesso do Lidera+, a Fundação 1º de Maio lançou o Lidera+ Itinerante, uma versão mais enxuta do programa de formação política para mulheres, levando palestrantes de alto nível das áreas de comunicação, direito eleitoral e planejamento de campanha às mulheres de cinco cidades do Brasil: Franco da Rocha (SP), Taubaté (SP), Parnamirim (RN), São Luís (MA) e Recife (PE). O curso gratuito democratizou o acesso à educação política e capacitou mais de mil mulheres para alçarem voos ainda mais altos, desta vez na política brasileira.

"Foi fundamental que a Fundação 1º de Maio estivesse presente com as mulheres em seus municípios, trazendo depoimentos inspiradores de mulheres líderes locais. Esperamos ter mulheres bem preparadas e chapas fortalecidas com a presença feminina em 2024", comemora Paulo Pequeno, diretor de projetos e programas políticos da Fundação 1º de Maio.

À medida que nos aproximamos de um futuro político mais inclusivo e igualitário, a Fundação 1º de Maio está na vanguarda dessa transformação. Com seus programas inovadores e compromisso com a capacitação e empoderamento político, a Fundação está construindo as bases para uma democracia mais forte e representativa no Brasil. Em 2024, o Solidariedade lançará aproximadamente 22 mil candidatos para as eleições municipais. "Vamos liderar o futuro do Brasil, com muito conhecimento e educação política, acessível para todos. Esse é nosso maior desejo", finaliza Maria Izabel Simões, vice-diretora financeira da Fundação 1º de Maio.



Paulo Pequeno, diretor de programas e projetos da Fundação 1º de Maio.

Foto: Dney Justino.



Maria Izabel Simões, vice-diretora financeira da Fundação 1o de Maio.

Foto: Maura Bueno.



Gestão pública municipal

E a governança: aspectos fundamentais para **maior participação cidadã** e melhoria das cidades



Cairo TavaresCientista político e mestre em Administração Pública



m 2024, ocorre o processo eleitoral para escolha de prefeitos e vereadores nos mais de cinco mil municípios brasileiros. Para a população, há a oportunidade de selecionar os candidatos que considera mais aptos; já para os futuros eleitos, em especial prefeitos, estará o desafio de construir cidades capazes de oferecer melhores condições de vida aos seus cidadãos.

Neste contexto, cabe a discussão sobre a importância de uma gestão pública realizada de forma adequada e a adoção de práticas de governança

Consenso de Washington apresentou resultados limitados, de acordo com o Banco Mundial.

Foto: Elizabeth Franz / Reuters.

para promoção de maior participação da sociedade nos atos do governo local, bem como a ampliação da legitimidade e aprovação dos gestores perante a população.

A discussão sobre gestão pública e governança está no centro do debate sobre quais medidas ou formas de atuação o Estado (em todas as suas esferas) deve tomar para promover o desenvolvimento das nações.

No final da década de 1980, a agenda do chamado "consenso de Washington" ganhou força como novo modelo para atuação do setor público e tornou-se preponderante no debate público. Contudo, esse modelo – baseado na ideia de que o Estado deveria reduzir a sua participação na sociedade por meio de privatizações e desregulamentação de mercados – apresentou resultados limitados, conforme estudos do Banco Mundial, e vem sendo substituído por uma nova abordagem: a governança pública.

O conceito de governança surgiu no âmbito das corporações e remete à estruturação de processos de direção, controle e responsividade dos gestores junto aos proprietários e demais partes interessadas (stakeholders). Além disso, a necessidade de maior eficácia nas organizações levou a governança corporativa a buscar o alinhamento do desempenho e da conformidade com uma gestão mais eficiente, eficaz, transparente e responsável.

Inspirada nas práticas das corporações, o movimento da nova administração pública incorporou e adaptou as práticas de governança à gestão governamental. Nesse sentido, os cidadãos são considerados, ao mesmo tempo, clientes (destinatários de produtos e serviços do setor público) e proprietários (a quem os agentes públicos e go-

vernantes devem prestar contas). Ademais, houve a introdução dos atores sociais nos ciclos das políticas públicas – formulação, implementação e avaliação –, por meio do estabelecimento de redes de parcerias com o terceiro setor e organizações empresariais.

Nessa nova perspectiva, os problemas públicos são tratados de forma horizontal, ou seja, o governo deve ser visto como mais um ator no conjunto de redes integradas, em que gestores públicos e cidadãos contribuem para o alcance de melhores resultados nas políticas públicas.

Aplicando ao caso municipal, a governança pública deverá integrar os diversos segmentos da sociedade no processo decisório, garantindo que as políticas públicas reflitam as reais necessidades e prioridades dos cidadãos. Alguns exemplos de ações de fomento a participação cidadã podem ser: criação de conselhos municipais, orçamento participativo, audiências públicas, criação de plataformas digitais de opinião ou colaboração e promoção da transparência ativa (em linguagem clara e acessível) de todas as ações da prefeitura. Essas iniciativas não só irão aproximar a administração municipal da população, mas também proporcionam um ambiente onde a inovação e a cocriação serão facilitadas.

Aprofundando um pouco mais, a governança deverá assumir a função de direcionar as ações por meio de mecanismos de liderança, estratégia e controle, os quais serão colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão durante o processo de construção e implementação das políticas públicas. Já a gestão pública terá o papel de realizar, sendo responsável por planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes estabelecidas em conjunto com a sociedade.



Foto: Adobe Stock.



O objetivo central das práticas de governança é a geração de valor público - entendido como a geração de produtos e serviços capazes de atender as expectativas e necessidades dos municípios de forma relevante, eficiente e eficaz. Esse processo, por sua vez, pode ser facilitado pela adoção de alguns princípios, tais como o aumento da capacidade de resposta aos desafios; promoção de uma cultura de integridade e respeito aos recursos públicos; construção de maior confiabilidade e credibilidade nas instituições da cidade; desenvolvimento de atividades de regulação e/ou legislação com base em evidências ou dados; criação de mecanismos de transparência (ativa e passiva); e prestação de contas e responsabilização dos agentes junto à sociedade (accountability).

Por fim, cabe destacar alguns desafios que serão enfrentados ao longo desse processo, a exemplo da complexidade para alinhar os diversos interesses envolvidos nas questões do município; a necessidade de estabelecer cadeias claras de responsabilidade aos atores da rede de políticas públicas - uma vez que não há hierarquia entre o poder municipal, a sociedade civil organizada e o setor privado; e a criação de mecanismos capazes de atrair a população para, de fato, participar dos processos de decisão. Contudo, por meio da ação clara das lideranças, esses desafios podem ser superados, resultando na construção de respostas à sociedade local de forma mais eficiente, efetiva e, sobretudo, legitimada pela participação popular, o que implicará em maiores taxas de aprovação dos gestores municipais.

Portanto, a partir das eleições de 2024, os novos gestores terão a oportunidade de transformar as cidades em lugares melhores para se viver. A adoção de modernas práticas de gestão pública permitirá a geração de maior valor público, beneficiando a sociedade local e garantindo um impacto positivo duradouro.



Loreny fala para pré-candidatas no evento Lidera+ Itinerante em Franco da Rocha (SP)

Foto: Carol Gavino.

ENTREVISTA COM

Loreny Caetano:

Participação cidadã e transparência

Loreny Caetano, que prefere ser chamada apenas por Loreny, é gestora pública, deputada federal (SP) e pré-candidata à prefeitura de Taubaté. Ela conversou conosco a respeito da transparência na gestão pública e como ela pode auxiliar os moradores de uma cidade a de dato, exercerem sua cidadania



Luiza Damasceno, Jornalista

participação cidadã na gestão pública é um pilar fundamental da democracia, pois aproxima os moradores de uma cidade, estado ou país dos processos políticos que afetam o seu dia a dia, não ficando restrita somente às eleições. Portanto, é preciso elaborar políticas e projetos públicos que aproximem o cidadão das gestões governamentais, seja por meio da educação política ou da comunicação clara sobre o andamento de projetos de lei, do trabalho das instituições públicas ou de ações que são tomadas no cotidiano da população.

Pensando nesses aspectos da participação cidadã, Loreny, deputada federal de São Paulo (SP) pelo Solidariedade, implementou, quando ainda era vereadora de Taubaté, o Primeiro Parlamento Jovem da história da cidade, criou a Escola de Cidadania e aprovou as Leis de Transparência na fila de espera por creches e por médicos especialistas na saúde, que criou jurisprudência no STF. Foi por meio dessa lei que outras leis semelhantes de transparência na saúde foram aprovadas no Estado de São Paulo e em várias cidades do Brasil.





Loreny discursa em sessão deliberativa na Câmara Federal. | Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados.

Quanto à implementação dessas leis que incentivam a participação cidadã, entrevistamos Loreny para saber mais sobre esse processo e os resultados obtidos através delas.

Sabemos que você foi a responsável pela aprovação de leis de transparência e na criação de projetos de educação política em Taubaté. Hoje, quais você diria que foram os impactos positivos dessas iniciativas?

Loreny: Eu fico muito feliz que todas essas iniciativas tiveram um grande impacto positivo. A lei de transparência, tanto na fila de creches quanto de médicos, foi replicada em várias cidades do Brasil e replicada no governo do estado de São Paulo, do que eu tenho conhecimento. E ainda, quando eu

me tornei deputada federal, no meu primeiro dia de sessão, estava na pauta e eu tive a alegria de votar a lei sobre o levantamento da fila de espera e transparência na divulgação das filas de creches para o Brasil inteiro, colocando ainda o acréscimo de critérios de favorecer a distribuição de recursos do MEC para a construção de creches, tendo como critério a cidade que cumpra esse requisito. Então, ajuda a melhorar a qualidade da gestão pública, a qualidade do gasto público e gera controle social. Com relação ao Parlamento de Jovem e Escola de Cidadania, eu fico feliz porque, a cada dia, essas iniciativas comprovam que trouxeram mais educação política, reflexão, compreensão sobre como pensiona a gestão pública. Isso também é muito bom, principalmente no meio de um contexto de fake news, de mentiras, de desinformação que a gente vive.

"Quando eu me tornei
deputada federal, no
meu primeiro dia de
sessão, estava na
pauta e eu tive a alegria
de votar a lei sobre o
levantamento da fila de
espera e transparência
na divulgação das
filas de creches para o
Brasil inteiro"

Quais foram as práticas utilizadas para trazer a transparências nessas iniciativas?

L: Através de divulgação em um site oficial na internet, no site oficial da prefeitura, divulgando o levantamento feito sobre as crianças e sobre as pessoas que aguardam na lista de espera para médicos.

Houve desafios na implementação das suas iniciativas? De que maneira eles foram superados?

L: Eu refiro, muitas vezes, à falta de vontade do Poder Executivo de colocar em prática. No caso de Taubaté, o ex-prefeito da cidade entrou na justiça tentando dizer que a lei era inconstitucional, mas ficou provado, com o relatório da ministra Carmen Lúcia, inclusive, de que a transparência é, sim, constitucional; o que é bom, pois ajuda a gestão pública a melhorar os serviços.

Como as pessoas podem atuar na fiscalização das ações realizadas em suas cidades para aumentar a participação cidadã?

L: As pessoas podem atuar na fiscalização através do acompanhamento da lista, cobrando que a prefeitura a coloque on-line. Assim, todo mundo vai poder entrar no site, digitar seus dados e entender em que lugar você está na fila. E, se você fiscaliza, faz o controle social. Hoje você está na posição número 100, depois, na semana que vem, você entra de novo e continua na posição número 100: isso é indicador de gestão. Isso mostra que tem alguma coisa muito errada. Passou uma semana, passou sete dias e nada aconteceu, né? Ninguém foi chamado para o médico. No caso de filas de creche ainda faz sentido que leve algum tempo, mas no caso dos médicos, não, né? Para que se criem novas vagas. Então, é bem importante acompanhar, gerar esse controle... Faz toda a diferença na prática, na vida da população.

"Hoje você está na posição número 100, depois, na semana que vem, você entra de novo e continua na posição número 100: isso é indicador de gestão. Isso mostra que tem alguma coisa muito errada "



Desafios locais

e soluções sustentáveis: um olhar crítico nas eleições municipais



Fábio Gomes da CruzBacharel em Relações Internacionais e Analista Internacional



Moradias em Vauban gastam muito menos energia do que em outros lugares na Alemanha.

Foto: Divulgação.

s eleições municipais representam um momento crucial para refletir sobre os desafios locais e buscar soluções sustentáveis que promovam o desenvolvimento urbano. Neste contexto, faz-se mister uma análise crítica dos problemas contemporâneos enfrentados pelas comunidades locais, destacando a importância dos governos municipais na implementação de políticas ambientais e na liderança da ação climática. É essencial que os futuros líderes estejam comprometidos com a sustentabilidade.

Entre os principais desafios para construção de cidades sustentáveis está o crescimento populacional acelerado, a gestão inadequada de resíduos, a desigualdade social e os impactos das mudanças climáticas. Neste cenário, a solução para todos esses problemas não será encontrada apenas pelas instituições públicas, mas também pela participação ativa dos cidadãos.

Um bom exemplo da busca por soluções conjuntas foi o 3º Encontro Nacional do Iclei Brasil, realizado em Belém (PA), em 17 de abril de 2024 . Neste encontro, governos locais associados ao Iclei, parceiros e diversos atores interessados se reuniram para compartilhar experiências e melhores práticas, colaborando na implementação de iniciativas que visam promover cidades mais resilientes e equitativas. Além disso, foi ressaltado o papel crucial dos governos municipais na liderança da ação climática, preparando-se para eventos globais como a COP30 e implementando ações locais eficientes para o desenvolvimento urbano e territorial sustentável.

A seguir é apresentado um box com os principais desafios ao urbanismo sustentável:



Crescimento populacional e expansão urbana:

À medida que testemunhamos uma rápida expansão populacional e urbana, especialmente nos países em desenvolvimento, as demandas sobre as infraestruturas existentes e os recursos limitados tornam-se cada vez mais urgentes. Esta pressão crescente exige soluções inovadoras e integradas para acomodar o crescente número de habitantes de maneira sustentável, garantindo ao mesmo tempo qualidade de vida e proteção ambiental.



Gestão de Resíduos

A gestão de resíduos emerge como uma preocupação crítica, com muitas cidades enfrentando o dilema da gestão inadequada de resíduos, resultando em poluição ambiental e degradação dos ecossistemas locais. A escassez de sistemas eficientes de reciclagem e coleta seletiva apenas agrava essa questão, destacando a necessidade premente de abordagens mais integradas e sustentáveis para lidar com o ciclo de resíduos urbanos.



Desigualdade Social

A desigualdade social permanece como um obstáculo significativo para o desenvolvimento urbano sustentável. Disparidades gritantes de renda, acesso desigual a serviços básicos e oportunidades de emprego fragmentadas entre diferentes comunidades exacerbam as tensões sociais e minam os esforços para criar cidades verdadeiramente inclusivas e equitativas.



Mudanças Climáticas

Os efeitos das mudanças climáticas, como enchentes intensas, secas prolongadas e o aumento da temperatura, estão se tornando cada vez mais evidentes em nível local, exigindo ações imediatas para mitigar e adaptar-se a esses impactos. Um exemplo alarmante é a situação no estado do Rio Grande do Sul em 2024, onde as chuvas intensas têm causado inundações devastadoras. Essas chuvas, classificadas como o pior desastre climático da história do estado, resultaram em mais de 100 óbitos e deixaram centenas de milhares de pessoas desalojadas. Mais de 300 cidades foram afetadas, enfrentando danos significativos em infraestruturas e instituições públicas.

A topografia do estado, combinada com a expansão urbana, tem exacerbado os impactos das chuvas, levando a inundações em áreas urbanas. Além disso, a freguência crescente de eventos extremos, como as chuvas torrenciais registradas recentemente, aponta para uma conexão com as mudanças climáticas globais que estão alterando os padrões de precipitação. Esses eventos climáticos extremos representam apenas uma faceta dos desafios que as comunidades locais enfrentam devido às mudanças climáticas, destacando a urgência de medidas mitigadoras e adaptativas para proteger a saúde e a segurança dos habitantes e da biodiversidade local.

Soluções para cidades sustentáveis

O desafio de criar e manter cidades sustentáveis está no epicentro das discussões globais sobre urbanismo e desenvolvimento. Nesse contexto, algumas abordagens têm emergido como pilares fundamentais para moldar cidades mais resilientes e eficientes.

No Brasil, um desses casos emblemáticos é o de Curitiba, no Paraná, que se destacou pela introdução bem-sucedida do sistema de transporte público integrado conhecido como BRT (Bus Rapid Transit). Esse sistema não apenas revolucionou a mobilidade urbana, mas também deixou uma marca indelével na redução do congestionamento de veículos particulares e na mitigação das emissões de poluentes, alinhando-se assim com os princípios da sustentabilidade. Este exemplo é um lembrete poderoso do impacto positivo que a colaboração entre governo, sociedade e setor privado pode gerar quando direcionada para objetivos comuns e sustentáveis.



Dados da Defesa Civil do Rio Grande do Sul mostraram que quase 80% dos municípios gaúchos foram impactados pela chuva.

Foto: Amanda Perobelli / Reuters.

Outro exemplo: na busca por cidades mais sustentáveis, especialmente no caso do planejamento urbano integrado, estão as "casas passivas" em Freiburg, na Alemanha, que demonstram eficiência energética e redução do consumo de recursos. Por sua vez, a cidade de Vancouver, no Canadá, assumiu o compromisso de se tornar 100% sustentável até 2020 (na época), o que refletiu metas claras de desenvolvimento urbano sustentável, incluindo incentivos para energia solar e informação acessível sobre construção sustentável. Essa abordagem inclui espaços urbanos compactos, mistos e conectados, reduzindo a necessidade de deslocamentos longos e promovendo o uso de transporte sustentável, como bicicletas e transporte público.

A inovação tecnológica emerge como outro pilar crucial adicional no impulso à sustentabilidade urbana. Investimentos em tecnologias verdes, como sistemas de energia renovável, iluminação eficiente e monitoramento ambiental não apenas reduzem o impacto ambiental das cidades, mas também fomentam a eficiência energética e fortalecem a resiliência diante das mudanças climáticas. Um exemplo notável é Malmö, na Suécia, onde a adoção pioneira de energia renovável e a promoção do consumo consciente refletem uma abordagem inovadora para o desenvolvimento urbano sustentável.

No entanto, para que essas soluções sejam efetivamente implementadas e mantenham-se ao longo do tempo, é crucial a participação ativa dos cidadãos. Envolver a comunidade local na definição das diretrizes do desenvolvimento urbano não apenas fortalece os laços sociais e a coesão comunitária, mas também assegura que as soluções adotadas sejam inclusivas e adequadas às demandas específicas de cada região.

Além disso, a educação ambiental surge como um fator crucial para promover a conscientização sobre práticas sustentáveis e estimular a mudança



Ônibus que mudou o modo de deslocamento no transporte coletivo em Curitiba.

Foto: Luiz Costa /SMCS

de comportamento. Ao capacitar os cidadãos com conhecimento e habilidades para adotar estilos de vida mais sustentáveis, as cidades podem estabelecer uma base sólida para a construção de uma sociedade mais consciente e engajada na preservação do meio ambiente e na promoção do bemestar coletivo. Ao unir o planejamento urbano integrado, a inovação tecnológica, a participação cidadã e a educação ambiental, as cidades podem pavimentar o caminho rumo a um futuro mais sustentável para todos.

Portanto, para enfrentar os desafios vividos pelas comunidades locais em relação a crescimento populacional, gestão de resíduos, desigualdade social e mudanças climáticas é fundamental a ação dos governos locais. A partir dos exemplos anteriormente apresentados de políticas públicas e iniciativas ao redor do mundo, é possível visualizar a importância de líderes comprometidos com a sustentabilidade para a resolução dos desafios. Conclui-se, ainda, que abordagens integradas – incluindo planejamento urbano, inovação tecnológica, participação cidadã e educação ambiental – são essenciais para criar cidades mais resilientes, inclusivas e capazes de lidar com as mudanças climáticas futuras.

TEUNDAÇÃO DE NAME OF THE PROPERTY OF THE PROPE

Flávia Alves é presidente estadual do Solidariedade (MA) e pré-candidata a prefeita em São Luís (MA).

Foto: Dney Justino



Desafios locais

e soluções sustentáveis para as cidades



Vitor Cavalcante jornalista pós-graduado em Produção Editorial

mundo tem se voltado para o debate do agravamento dos problemas climáticos nos últimos anos, e a comunidade global está cada vez mais envolvida.

Embora muitas vezes vistas como distintas, as questões ambientais e sociais estão intrinsecamente interligadas, uma vez que ações humanas têm o poder de interferir no curso da natureza com práticas como queimadas, por exemplo – que de acordo com os dados do relatório *Frontiers 2022*, acometeram mais de seis milhões de hectares em países da América Latina apenas em 2019.

Segundo Flávia Alves, presidente estadual do Solidariedade Maranhão e pré-candidata à pre-feitura de São Luís (MA), debater a temática de sustentabilidade e proteção do meio ambiente é um grande desafio, tendo em vista a urgência do enfrentamento desse tema.

"O maior obstáculo para a implementação de práticas sustentáveis na minha região chama-se 'pobreza'. Falar em meio ambiente ecologicamente equilibrado, tratar e discorrer sobre esse conceito é necessário", disse Flávia. "Mas ele precisa estar junto ou até mesmo antes de se narrar e desenvolver situações alternativas para a proteção do meio ambiente; é preciso haver um enfrentamento duro, um enfrentamento sem tréguas da pobreza", completa.

Flávia Alves também é advogada, especialista em Direito Ambiental e Constitucional, mestre em Desenvolvimento Regional e doutoranda em Desenvolvimento em Meio Ambiente, além de já ter sido superintendente do Ibama no Maranhão.

"É muito difícil privilegiar práticas e condutas que são sustentáveis, que são referências positivas para o tratamento dos recursos naturais, quando a maior parte da população ainda busca os elementos básicos para sua própria sobrevivência, como a alimentação, a educação e a saúde", ela acrescenta.

Para Flávia, a falta de condições financeiras da população é um grande obstáculo que precisa ser combatida com política públicas e de estado. "Pobreza e meio ambiente ecologicamente equilibrado não combinam", ela afirma. "É impossível privilegiar políticas de preservação do meio ambiente quando grande parte da população do mundo ainda vive lutando pela sobrevivência no dia a dia."

"É impossível privilegiar políticas de preservação do meio ambiente quando grande parte da população do mundo ainda vive lutando pela sobrevivência no dia a dia ."

Além dessa questão, Flávia também aponta outro fator importante a ser levado em conta, que é a grande "virada de chave" para reverter as mudanças climáticas: reduzir a emissão de CO₂ de maneira drástica.

"Já é científico, não há mais o que discordar sobre o aquecimento global e todas as suas consequências catastróficas que nós temos assistido no nosso dia a dia, como as grandes catástrofes ambientais, as secas e as inundações, o embranquecimento dos corais: tudo isso é resultado do aquecimento da atmosfera gerado pelo nível de emissões de CO₂", afirma.

Flávia também aponta a importância do combate aos desmatamentos e a questão do descarte de resíduos, que contribuem no aumento da emissão de CO₂e atrapalham os processos de preservação da fauna e da flora.

As questões levantadas pela pré-candidata à prefeitura de São Luís também precisam ser levadas em consideração durante a execução das campanhas eleitorais. Para Flávia, ao se discutir temas referentes ao meio ambiente durante as eleições, é importante que "o discurso de proteção ambiental dos candidatos não seja uma mera retórica". Segundo ela, é essencial que conste nos planos de governo, aqueles que serão registrados na justiça eleitoral, quais são os projetos do candidato para a matéria ambiental. Por exemplo, se um candidato pretende implantar um aterro sanitário em cidades onde existem lixões, ele tem que colocar um detalhamento no seu plano de governo. Dessa forma, faz-se uma política consciente da importância da matéria ambiental.

"Já no dia a dia das campanhas eleitorais, a minha indicação para práticas sustentáveis é a redução dos materiais de campanha que utilizam recursos naturais, tanto o papel dos cartazes e dos santinhos, que podem ser usados de uma forma mais racional, como o plástico de bandeiras, de adesivos", opina a pré-candidata, já que tais objetos serão descartados ao final da campanha e que muitas vezes acontece em locais inapropriados.

De acordo com Flávia, é possível fazer uma campanha eleitoral com consciência ecológica ao levar o debate para as redes sociais, utilizando-se dos meios de comunicação para reduzir o consumo dos materiais físicos, que apenas gerariam mais lixo e mais uso de recursos naturais.



Violência política

l de gênero no Brasil



Andrea Envall
Diretora financeira da
Fundação 1º de Maio.



Adilson Borges Diretor técnico da Fundação 1º de Maio.

violência de gênero é uma realidade no Brasil que permeia todas as esferas da sociedade, inclusive o cenário político e eleitoral. Durante as eleições, as mulheres frequentemente enfrentam diversas formas de violência, que vão desde o assédio verbal até ameaças físicas, com o intuito de desencorajá-las a participar ativamente do processo democrático. Neste artigo, exploraremos como a legislação e as instituições jurídicas lidam com essa questão e quais são os desafios enfrentados para garantir a igualdade de gênero nas eleições.

A inserção das mulheres nos espaços de poder político no Brasil é relativamente recente. Foi somente em 1932 que as mulheres conquistaram o direito ao voto. No entanto, mesmo após décadas, a representatividade feminina em cargos eletivos permanece desproporcionalmente baixa, reflexo de um ambiente político que ainda reproduz e perpetua desigualdades de gênero.

O Brasil vem tomando medidas para mitigar o problema através de ações afirmativas. A Lei de Cotas para Mulheres (Lei nº 9.504/1997) foi um passo importante, pois estabeleceu que os partidos deveriam destinar um mínimo de 30% e um máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Mas mesmo com os avanços das Leis, ainda temos desafios a serem enfrentados, pois muitas mulheres hesitam em denunciar o assédio ou outras formas de violência devido ao medo de retaliação ou estigma social.

A Lei nº 14.192, de 2021 é um marco na proteção das mulheres na política. Essa legislação específica define e tipifica a violência política contra a mulher como qualquer ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstruir ou restringir os direitos políticos das mulheres, além de desencorajar ou dificultar sua participação eleitoral. Essa lei é um avanço significativo, porém, como apontam doutrinadores como Flávia Piovesan e Debora Diniz, é fundamental que haja mecanismos efetivos de aplicação dessas normas a fim de garantir não apenas a punição dos agressores, mas também a prevenção desse tipo de violência.

O Código Eleitoral, no artigo 243, inciso X, prevê que "Não é permitida propaganda que deprecie a condição de mulher ou estimule a sua discriminação por conta do gênero", e estipula pena de reclusão de um a quatro anos para esses agressores. Também é proibido assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar candidatas e eleitas, ou menosprezar e discriminá-las por serem mulheres.

De acordo com o estudo "A violência digital de gênero: desafios e impactos na era tecnológica", escrito por Karine de Santana Andrade, como um dos principais desafios para a democracia contemporânea, a participação feminina é frequentemente marcada por um fenômeno conhecido como "violência de gênero digital", no qual mulheres políticas são desproporcionalmente alvo de campanhas de difamação e assédio online, o que compromete sua capacidade de atuar politicamente.



Eventos que incentivam a participação feminina na política, como o Lidera+, são fundamentais para combater a violência de gênero

Foto: Felipe Damper.

A segunda edição de pesquisas sobre prefeitas realizada em 2023 pelo Instituto Alziras demonstra que no Brasil, 58% das mulheres prefeitas afirmam ter sofrido assédio ou violência política pelo fato de serem mulheres, sendo que dessas, apenas a metade registrou queixas ou boletim de ocorrência; cerca de 74% sofreram divulgação de informações falsas, enquanto 66% foram alvo de ataques de discurso de ódio nas plataformas de mídias sociais.

A denúncia é um instrumento crucial para a proteção dos direitos políticos e deve ser feita diretamente ao Ministério Público Eleitoral, instituição que tem a função de apurar e dar início aos processos criminais de violência política contra as mulheres.

A violência de gênero nas eleições é um desafio persistente que exige uma resposta coletiva e co-ordenada por parte da sociedade. Garantir a igualdade de gênero e proteger os direitos das mulheres no processo eleitoral não é apenas uma questão de justiça social, mas também é fundamental para fortalecer a democracia e promover uma representação política verdadeiramente inclusiva. Isso passa pela educação política e campanhas de conscientização que promovam uma cultura de respeito e

igualdade de gênero. Ao adotar medidas eficazes para combater a violência de gênero, podemos avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Este artigo abordou a persistente realidade da violência de gênero no Brasil, focando principalmente o cenário político e eleitoral. Discutimos como a legislação atual e as instituições judiciais enfrentam essas questões e os desafios para assegurar a igualdade de gênero nas eleições. A Lei nº 14.192/2021 representou um avanço ao tipificar a violência política contra mulheres, embora a implementação efetiva ainda encontre obstáculos. A violência de gênero digital surge como um desafio crescente, afetando desproporcionalmente as mulheres na política e comprometendo sua capacidade de participação efetiva. Além disso, a relutância em denunciar tais violências e o estigma associado são barreiras adicionais que precisam ser superadas. Promover uma cultura de igualdade e respeito e garantir mecanismos de proteção e denúncia eficazes são essenciais para fortalecer nossa democracia e avançar em direção a uma representação política verdadeiramente inclusiva e justa.

FUNDAÇÃO



Foto: Zeca-Ribeiro

ENTREVISTA COM

Maria Arraes:

a violência política de gênero no Brasil



Luiza Damasceno Jornalista

os últimos anos, o Brasil testemunhou um aumento preocupante nos casos de violência de gênero no âmbito político, evidenciando uma realidade desafiadora para as mulheres que buscam espaço e voz na esfera pública. De ameaças veladas a ataques diretos, a violência política de gênero tem se mostrado uma barreira significativa para a participação democrática igualitária.

A violência política de gênero pode ser descrita como qualquer ato que busca excluir, restringir ou intimidar mulheres no ambiente político, seja durante campanhas eleitorais, mandatos ou mesmo como eleitoras. Uma análise detalhada revela que as candidatas enfrentam uma série de desafios únicos, desde ameaças e interrupções frequentes até a difamação e o desvio de recursos de campanha destinados a candidaturas femininas.

Segundo dados do MPF (Ministério Público Federal), até novembro de 2022, foram registrados 112 procedimentos relacionados à violência política de gênero. Esse número alarmante reflete uma realidade persistente em que as mulheres são alvo de comportamentos destinados a humilhá-las, constrangê-las e prejudicá-las exclusivamente por sua condição feminina.

Apesar dos avanços recentes na representatividade feminina na política brasileira, com um aumento de 18% da bancada feminina da Câmara Federal nas eleições mais recentes, ainda há um longo caminho a percorrer. Dos 513 parlamentares na Câmara, apenas 91 são mulheres, enquanto no Senado, elas ocupam apenas 15 das cadeiras.



"Mar" azul de ternos mostra maioria masculina na Câmara Federal Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados.

MARIA ARRAES

A baixa representatividade feminina na política reflete não apenas a estrutura conservadora de uma sociedade patriarcal, mas também a persistência de um ambiente político tóxico para as mulheres. Em resposta a essa realidade alarmante, falamos com a deputada federal Maria Arraes (PE), do Solidariedade, que apresentou o Projeto de Lei 1.065/2024, visando criar mecanismos efetivos paraprotegeras mulheres que denunciam violência.

Você pode nos explicar como funcionarão os mecanismos propostos no seu projeto (Projeto de Lei 1.065/2024) para garantir a preservação da identidade das denunciantes?

M: O Projeto de Lei 1.065/2024, que eu protocolei no início deste ano, visa estabelecer mecanismos eficazes para a proteção da identidade das mulheres que denunciam os crimes, tanto de violência ou contra a dignidade sexual. Desde o deslocamento até a tomada de depoimentos, diversas medidas devem ser implementadas para preservar o sigilo da identidade da denunciante. Essas medidas incluem, por exemplo, o uso de biombos e ambientes reservados para impedir

a identificação visual, a distorção de áudio para impedir o reconhecimento da voz e a imposição de sigilo dos dados pessoais e do processo como um todo.

Em sua opinião, qual é o impacto que medidas como essa podem ter na promoção da denúncia de casos de violência contra as mulheres e na redução da subnotificação desses crimes?

M: Os números da violência contra mulheres já são altíssimos no Brasil. Somente no último ano (2023), foram registradas quase 75 mil denúncias e contabilizados 1.463 feminicídios. Isso equivale a uma morte a cada seis horas durante o ano de 2023. E apesar dessas estatísticas, que são estarrecedoras, a gente sabe que a situação é ainda pior, porque a subnotificação ainda é muito grande, porque as vítimas têm medo, têm vergonha de notificarem. E a implementação das medidas previstas no nosso PL, o 1.065, pode ter um impacto significativo na promoção da denúncia de casos de violência contra as mulheres e na redução da subnotificação desses crimes. Porque quando as vítimas se sentem seguras e protegidas pelo sistema judicial, há uma maior probabilidade de elas denunciarem, obviamente, os abusos sofridos. A proteção da identidade remove um dos maiores obstáculos enfrentados pelas vítimas, que é o medo da retaliação e da estigmatização. Então, essas medidas podem encorajar mais mulheres a recorrerem a uma delegacia e relatarem os crimes, contribuindo assim para a redução da impunidade.

"Porque quando as vítimas se sentem seguras e protegidas pelo sistema judicial, há uma maior probabilidade de elas denunciarem, obviamente, os abusos sofridos."



Como você enxerga o papel do Estado e da sociedade civil na proteção e no apoio às mulheres que denunciam casos de violência?

M: O papel do Estado e da sociedade civil na proteção e no apoio às mulheres que denunciam a violência, a gente sabe que é fundamental. O Estado deve prover mecanismos legais e estruturais que garantam a segurança e a justiça para as vítimas, com a devida, obviamente, responsabilização e punição dos seus agressores. Já a sociedade civil pode atuar como uma parceira do poder público, na oferta de suporte emocional, psicológico e social. E essa colaboração é essencial para criar um ambiente onde as mulheres se sintam confiantes para denunciar a violência sem medo das consequências negativas."

Considerando o cenário atual de enfrentamento à violência de gênero no Brasil, quais são os próximos passos que você pretende tomar para fortalecer ainda mais essas políticas de proteção às mulheres?

M: Desde o início do nosso mandato, eu tenho lutado muito pela aprovação de projetos essenciais para o combate à violência contra a mulher, tanto que, em meu primeiro dia de trabalho na Câmara, eu propus o Projeto que estabelece o protocolo "Não é não", sancionado em dezembro do ano passado pelo presidente Lula. Também aprovei na Câmara a implantação de um dispositivo de alerta para avisar as vítimas da proximidade do agressor e relatei o Projeto de Lei que altera o estatuto da OAB para punir os assediadores. A gente ainda aprovou o projeto do Banco Vermelho, que prevê a instalação de bancos de praça em locais públicos de grande circulação. O objetivo é fazer um chamado à ação, um convite à reflexão sobre a urgência de acabar com o feminicídio. E para fortalecer ainda mais as políticas de proteção às mulheres contra a violência de gênero no Brasil, nosso mandato pretende seguir promovendo legislações que ajudem a fechar as lacunas resistentes no sistema atual. Isso inclui garantir a aplicação efetiva das leis que já existem e propor novas medidas que possam contemplar diferentes formas de violência. A cooperação com organizações da sociedade civil também é essencial para a gente sensibilizar a população sobre a gravidade da violência contra a mulher e, principalmente, a importância da denúncia. A gente vai continuar trabalhando para garantir que essas políticas sejam inclusivas, abrangentes e que abordem as necessidades específicas de todas as mulheres, independente da sua situação econômica.

"Eu tenho lutado muito
pela aprovação de projetos
essenciais para o combate
à violência contra a mulher,
tanto que, em meu primeiro
dia de trabalho na Câmara,
eu propus o Projeto que
estabelece o protocolo
"Não é não", sancionado em
dezembro do ano passado
pelo presidente Lula"

Diante desse panorama desafiador, medidas concretas precisam ser tomadas para combater a violência política de gênero e promover um ambiente político mais inclusivo e igualitário para as mulheres. A proteção das denunciantes é apenas o primeiro passo em direção a uma sociedade onde todas as vozes, independentemente do gênero, sejam ouvidas e respeitadas na política.

Mulheres e política:

| percepções e obstáculos na busca por igualdade



Cairo Tavares
Cientista político e mestre em
Administração Pública

Fundação Primeiro de Maio realizou na última quinzena de maio o estudo "Mulheres e política: percepções e obstáculos na busca por igualdade", com o objetivo de investigar a representação feminina na política brasileira. Utilizando a técnica de grupos focais, foram formados seis grupos focais mistos (homens e mulheres), com participantes de diferentes regiões do país (Nordeste, Sudeste e Sul), com idades entre 25 e 55 anos e pertencentes às classes sociais B, C, D e E.

Entender o fenômeno da participação feminina na política é fundamental para que seja possível desenvolver propostas legislativas e políticas públicas eficazes para garantir maior ocupação de espaços de poder por mulheres. Nesse sentido, foram levantados juntos aos participantes as percepções dos mesmos sobre: a importância de mulheres em



Trabalho não remunerado do cuidado é quase sempre desempenhado por mulheres, que se desdobram para ser profissional e mãe, ao mesmo tempo.

Foto: divulgação.

cargos políticos; desigualdade de representação política; políticas públicas e legislação; questões sobre violência contra mulher; saúde da mulher; e mercado de trabalho.

No primeiro tópico abordado, a importância de mulheres no poder, emergiu a avaliação de que se faz necessária a representação feminina em espaços



políticos – sobretudo quando as interlocutoras são mulheres –, pois "mulheres políticas" tendem a compreender melhor as necessidades e vicissitudes do "universo feminino", pelas próprias experiências inerentes ao gênero.

Foi apontado ainda, que a participação de "mulheres políticas" é reduzida por causa da mentalidade machista da sociedade, em que há resistência e desqualificação das mulheres por parte dos homens. Além disso, "há mulheres que são mais machistas do que alguns homens", segundo algumas participantes.

- O principal argumento que emerge é de que frequentemente se propaga que "mulheres são candidatas mais fracas", o que justificaria o cenário político ser marcadamente masculino.
- Enfatizam que, na construção da socialização feminina, há maior tendência de rivalidade entre mulheres quando comparado ao gênero masculino. Algumas participantes apontam que "as mulheres são mais desunidas do que os homens".

No segundo tema tratado, desigualdade de representação política, a maior parcela dos entrevistados acredita que candidaturas vitoriosas são mais difíceis de alcançar para o gênero feminino. Em outras palavras, a percepção é de que mesmo entre os novos candidatos, as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens. Isso ocorre pelo fato de o poder político ser histórica e sistematicamente ocupado por maioria masculina (imperando uma lógica machista), bem como devido a forma como homens e mulheres são socializados desde a infância, sendo, portanto, esses espaços considerados "não naturais" para elas.

Com isso, é possível depreender que a socialização distinta de homens e mulheres reproduz as diferenças entre os gêneros na sociedade, reverbera as desigualdades entre eles e impulsiona expectativas diferentes para os dois grupos. Esses modelos de socialização acabam cerceando oportunidades para as mulheres e promovendo privilégios para os homens também no campo da política.



Participantes do Lidera+, programa de capacitação política para mulheres da Fundação 1º de Maio, em visita à Câmara dos Deputados.

Foto: Felipe Damper.



Bancada feminina na Câmara dos Deputados representa apenas um quinto do total de deputados

Foto: Agência Câmara.

Quanto aos demais elementos abordados na pesquisa (políticas públicas e legislação; questões sobre violência contra mulher; saúde da mulher; e mercado de trabalho), as seguintes constatações se destacam:

- Em relação a Lei Maria da Penha, apesar dos participantes confirmarem a importância da Lei para o combate a violência, em especial ao feminicídio, constatou-se que há necessidade de avançar e melhor a assistência dada para mulheres vítimas de violência em relação ao acolhimento e a promoção da segurança daquelas que denunciam seus agressores.
- Quanto à saúde da mulher emergiu o papel de "cuidadora de todos da família", por meio do acúmulo de várias tarefas e funções. Esse quadro resulta na priorização dos filhos e demais membros da família, em detrimento do cuidado da própria saúde.

O mercado de trabalho apresenta grandes desafios para a mulher, seja para obtenção de emprego formal, seja a relação de fragilidade de suas posições ou injustiças remuneratórias. Contudo, o que mais chamou a atenção foi o fato de: se a mulher é mãe solo ou mãe atípica, a carga é ainda mais pesada, tendo em vista o maior volume de atividades das quais "a mulher precisa dar conta" para além da vida profissional, que as remunera com "salários mais baixos, só por ser mulher".

Portanto, os resultados da pesquisa "Mulheres e política: percepções e obstáculos na busca por igualdade" evidenciam a necessidade de aumentar a representação feminina nos espaços de poder, destacando as barreiras impostas pela mentalidade machista predominante e a desigualdade de oportunidades, mesmo para candidatos iniciantes. Para além do enfoque político, as percepções coletadas sinalizam ainda a importância da melhoria das políticas públicas de segurança, saúde e de inclusão no mercado de trabalho.



Siga nossas redes sociais











